

**VIRGÍNIA MARIA GRANATE
COSTA E SOUSA**

SISTEMA EUROPEU de CONTAS

**O MODELO CONTABILÍSTICO
E A LINGUAGEM ECONÓMICA
PARA A ANÁLISE E A GOVERNAÇÃO**

VidaEconómica

VIRGÍNIA MARIA GRANATE COSTA E SOUSA

Licenciada e Doutorada em Economia, com tese no domínio da Contabilidade Nacional; Prof. Coordenadora do Quadro da Área Científica de Economia do ISCA/UA, desde 1996, através de concurso de provas públicas - após ter exercido funções de Prof. Adjunta do Quadro da Área de Contabilidade.

Actualmente é Regente de Macroeconomia das licenciaturas de Contabilidade e de Finanças, de Enquadramento Económico da Empresa, da licenciatura de Marketing, e de Economia Portuguesa, do Mestrado em Contabilidade e Administração Pública.

Orienta teses de Mestrado no domínio da Governação Local e Entidades Empresariais Locais e uma tese de doutoramento em Economia, na Universidade de Aveiro (UA), sobre as consequências económicas da empresarialização do Estado português: uma análise através das Contas Nacionais.

Integra, como investigadora, a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), da Universidade de Aveiro, sendo autora de vários papers nos domínios da Contabilidade Nacional, das Finanças Públicas, da Política Económica e da Governação e formadora, no âmbito do "Sistema Europeu de Contas: a Linguagem Económica da Europa", com acções já realizadas na Delegação Regional do Norte da Ordem dos Economistas e na Inspeção-Geral de Finanças (IGF), em Lisboa.

Pertence ao Conselho Científico da UA; é Editora da Revista Estudos do ISCA, IV Série, editada on line.

É membro da Ordem dos Economistas e sua representante regional em Aveiro, e da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

ÍNDICE

Capítulo 1 - Contabilidade Nacional: uma linguagem em evolução

1. Nascimento da Contabilidade Nacional.....	15
2. O desabrochar da Contabilidade Nacional como Sistema de Informação.....	16
3. Internacionalização das Contas nacionais.....	21
3.1. As primeiras quatro gerações de Sistemas Internacionais de Contabilidade Nacional.....	21
3.2. System of National accounts de 2008 (SNA ₂₀₀₈).....	28
3.3. European System of Accounts de 2010 (ESA ₂₀₁₀).....	30
Bibliografia.....	33

Capítulo 2 - O European System of Accounts (esa₉₅) como linguagem económica da europa

1. Os Princípios e Métodos.....	39
2. O Modelo de Informação.....	42
2.1. Sectores e Sub Sectores Institucionais.....	42
2.2. Ramos de Actividade.....	45
2.3. Contas, Operações e outros Fluxos, Stocks e Saldos.....	46
2.3.1. Contas de Sectores Institucionais.....	47
2.3.2. Contas de Ramos de Actividade.....	51
2.3.3. Operações e outros Fluxos.....	51
2.3.4. Stocks.....	54
2.3.5. Saldos.....	54
2.4. Os Quadros de Informação.....	56
2.4.1. Quadro de Contas Económicas Integradas.....	56
2.4.1.1. Sistema de Contas Articuladas.....	57
2.4.1.2. Contas por Operações.....	60
2.4.1.2.1. Em Coluna.....	60
2.4.1.2.2. Em Linha.....	62
2.4.1.3. Contas e Agregados Fundamentais.....	66
A. Contas e Agregados do País (S1).....	66
B. Contas do Resto do Mundo (S2).....	79

C. Contas de Sectores Institucionais Residentes (o caso do Sector das Administrações Públicas – S13)	84
2.4.2. Quadro de Recursos e Empregos.....	90
2.4.2.1. Informação sobre Produtos.....	92
2.4.2.2. Informação sobre Ramos	93
2.4.3.B alancos.....	95
2.5. A Interação Fluxos / Stocks	96
2.5.1. O caso de um País (S1).....	96
2.5.2. O caso de um Sector Institucional (o Sector das Administrações Públicas - S13)	101
2.6. Outras peças informativas: As Contas Satélite.....	102
Bibliografia.....	105

**Capítulo 3 - O European System of Accounts (esa₉₅): modelo de observação
e de análise do sistema económico e guia de governação**

1. O quadro de análise e a política económica da União Europeia	109
1.1. A Estatística, as Contas e a política económica.....	109
1.2. Governação económica e Entidades criadas em época de crise.....	114
2. Análise Económica: do Sector das Administrações Públicas, do Sector Público e das Relações Externas.....	119
2.1. Sector das Administrações Públicas e seus papéis	119
2.1.1. O Sector das Administrações Públicas como Produtor não Mercantil e Redistribuidor do Rendimento	120
A – O caso da Holanda	121
B – O caso de Portugal.....	130
2.2. Sector Público	135
2.3. Países e suas relações com o exterior.....	136
2.3.1. A visão harmonizada do Sistema Europeu de Contas e da Balança de Pagamentos completada pela posição de Investimento Internacional....	136
2.3.1.1. Alguns conceitos essenciais.....	137
2.3.1.2. Guia de Análise.....	139
2.3.2. Excedentes e Défices Externos	140
A - O caso da Holanda	140
B - O caso de Portugal.....	147
2.3.3. Posição de Investimento Internacional	154
A - O caso de Portugal	154
B - O caso da Euro Area (EA)	157
Bibliografia.....	160

ÍNDICE

Capítulo 4 - Análise económica e governação em contexto de crise	
1. Análise económica em contexto de crise	165
1.1. Caracterização da crise actual	165
1.2. A visão da crise através de indicadores construídos com base na informação estatística e contabilística	167
1.2.1. A crise no crescimento do PIB	167
1.2.2. A crise nas Finanças Públicas	179
1.2.3. A crise na Interação Finanças Públicas /Sector Financeiro	185
1.2.4. A crise no Sector Famílias	193
1.2.5. A crise no Sector das Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras ...	197
1.2.6. A crise nas Contas Externas e nos Desequilíbrios Sectoriais e Globais...	201
2. Governação na Europa	212
2.1. In trodução	212
2.2. Os Programas de Estabilidade	214
2.3. Estratégias de Governação: Que Futuro?	221
Bibliografia	225
Índices de Figuras, Tabelas e Gráficos.....	229

PREFÁCIO

Pedi-me a Senhora Professora Virgínia Costa e Sousa que escrevesse algumas palavras por ocasião do lançamento da sua nova obra sobre o Sistema Europeu de Contas.

Encarei-a como uma incumbência honrosa.

Conheço a Autora há vários anos e sempre me impressionou, por um lado, o rigor técnico e científico que a caracteriza, e, por outro lado, o poder de comunicação e as qualidades pedagógicas que evidencia ao abordar matérias que são complexas e difíceis para não-iniciados.

A sua lição tem o mérito de tornar mais acessível essas matérias.

Nesta obra não foge ao padrão habitual.

A presente obra é muito oportuna e estou convicto de que poderá constituir um contributo muito útil para promover uma maior literacia económica e para iluminar o escrutínio pelos cidadãos das políticas públicas, que é próprio das democracias, particularmente nestes tempos em que se discutem os pilares da nova arquitectura da governação económica da União Europeia.

De entre estes, avulta o ciclo de coordenação conhecido como Semestre Europeu envolvendo todos os elementos de supervisão económica, incluindo políticas de reforço da disciplina orçamental, de estabilidade macro-económica e de incentivo ao crescimento.

De facto, as contas nacionais integram os indicadores fundamentais para a descrição da economia nacional e das suas interações com a economia internacional,

sendo usadas para desenhar e avaliar políticas e para fazer comparações de crescimento e desenvolvimento a nível internacional.

O papel e o peso das Administrações Públicas na economia são muito bem evidenciados nas contas nacionais que oferecem pistas de análise crítica insubstituíveis nesse domínio.

Como o subtítulo esclarece, o Sistema Europeu de Contas é analisado nesta obra nas duas vertentes de modelo contabilístico e de linguagem económica para a análise e governação, fazendo-se, na tradição das obras académicas, uma excursão pela história antes de se centrar na caracterização e exploração técnica no quadro do estado da arte, sem esquecer o contributo analítico no contexto da crise.

A presente obra constitui um guia precioso para os estudiosos e interessados em aprofundar o seu conhecimento na temática das contas nacionais e na sua função de chave de leitura da realidade económica.

No meu juízo, quem adquirir esta obra verá correspondidos os seus objectivos e obterá um proveito significativo na sua formação técnica para fins académicos ou de conhecimento em geral.

José Maria Leite Martins
Inspector-Geral
da Inspeção-Geral das Finanças (IGF)

Março 2011

CAPÍTULO 1

A CONTABILIDADE NACIONAL: UMA LINGUAGEM EM EVOLUÇÃO

1. NASCIMENTO DA CONTABILIDADE NACIONAL

A Contabilidade Nacional, nascida no berço da “metáfora médica” (Bonnaure, Pierre, 1996), atravessa nos nossos dias a era da “metáfora dos sistemas auto-organizados” numa sociedade globalizada e tecida por complexas interações que marcam o ritmo da informação que assim projecta viabilizar as sucessivas etapas de um crescimento tantas vezes interrompido por forças de travagem da sua sustentabilidade.

A Contabilidade Nacional, às vezes denominada Social, dado que abarca um grande grupo social, a Nação, pode ser caracterizada como “instrumento de observação metódica da evolução económica” (Marckewski, Jean, 1951), linguagem articulada, que permite a comunicação e a aproximação interdisciplinar (Pichot, Alain, 1968), ou sistema de informação¹ (Melese, Jacques, 1985) indispensável à governação (Bartoli, Henri, 1996).

Nascida à sombra do Estado-Nação, a Contabilidade Nacional enfrenta as barreiras da “regulação concorrencial”, alia-se ao Estado-Providência e vive actualmente em novo contexto – o da globalização, da unificação europeia, da regionalização, da informação e da complexidade –, que valoriza as suas qualidades de sistema apto a realçar as interações dos agentes económicos.

A Contabilidade Nacional atravessa quatro séculos, em contínuo processo evolutivo, aberta ao todo o institucional, em resposta a uma procura cada vez mais

1. Um sistema de informação é, segundo Melese, “um conjunto de métodos e meios que recolhem, controlam, tratam e distribuem as informações necessárias” (a uma organização seja ela qual for).

exigente com a complexidade crescente do universo em observação e análise. Partilha a sua origem com a Economia Política, “enfrentando as mesmas questões e desempenhando as mesmas funções em relação ao mestre comum – o Estado” (Fourquet, François, 1980).

2. O DESABROCHAR DA CONTABILIDADE NACIONAL COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

“Given that economists gave birth to national accounts, and remain the principal users, it is not surprising that the structure of the accounts follows an economic logic. What is perhaps surprising is that national accounts continue to be broad enough to be the main source for economic analysis, whatever ‘school’ an economist may belong to”.

(Verrinder, John, 2008)

A Contabilidade Nacional mergulha as suas raízes na Aritmética Política e os seus precursores são, ao mesmo tempo, precursores da Economia Política, que orientam o seu estudo para questões comuns, tais como comparação de poder entre países, repartição de rendimentos entre as várias classes sociais, origem da riqueza, avaliação dos recursos materiais e humanos ao serviço da guerra e da reconstrução, conceito de produção, etc. Quesnay, precursor da Contabilidade Nacional, é, também, o líder da escola fisiocrática (Fourquet, François, 1980).

Criação social, com profundas raízes institucionais, evolui no seio de um sistema em que se movem “relações de força e de poder” (Fourquet, François, 1980).

Os seus precursores são conselheiros do Monarca, colocam a informação económica ao serviço da sua magnificência e poder e contribuem, com os seus estudos, para o nascimento das ciências sociais, especialmente a Economia, que, no decurso do tempo, se torna menos política, mais independente do poder e cada vez mais uma ciência positiva. O Estado, que fora o principal companheiro dos precursores, “fica à margem do campo de observação dos clássicos que falam dele como de um «objecto» extra-económico” (Fourquet, François, 1980).

O que sucede com a atitude promissora de Lavoisier até Kuznets? De facto, sucede um lapso de tempo de onde estão ausentes as condições que poderiam

antecipar o aparecimento da Contabilidade Nacional como linguagem articulada e como estrutura definida por ligações empíricas entre os vários conceitos teóricos (Stone, Richard, 1951).

Os conceitos criados pelos clássicos, nomeadamente por Adam Smith e seus continuadores, embora renasçam mais tarde como estruturantes de sistemas de contabilidade nacional, esbarram com a “mão invisível” –, aquela que promove o bem-estar através do interesse de cada um – e com aquele “poder invisível” (Ahmad, Syed, 1990), que não aconselha a intervenção e dispensa os sistemas de informação.

A teoria da organização social de Smith – a liberdade como condição de realização do progresso económico, através do pleno exercício do interesse individual – é a base do entendimento dos problemas económicos da época e mesmo, talvez, dos anos seguintes, dos Séculos XIX e XX (Kuznets, Simon, 1952).

Os cálculos para apuramento da Riqueza Nacional, do Rendimento Nacional e de outros agregados prosseguem no Século XIX, mas “o divórcio entre universidade e Governo” (Fourquet, François, 1980), entre teoria económica e prática política (Perroux, François, 1948), não permite o indispensável encontro entre os conceitos teóricos e as “massas observáveis” (Pichot, Alain, 1968) e dificulta a emergência da Contabilidade Nacional como sistema de informação.

Aparecem novas relações de força e o mercado assume-se, através do seu sistema de preços, como a instituição que “processa automaticamente a informação necessária para assegurar a eficiência económica” (Babe, Robert E., 1994).

O poder desloca-se do Estado, reduzido a uma “neutralidade orçamental”, para o mercado – transformado em mecanismo regulador e informador por excelência pelas correntes microeconómicas, inspiradas pelo marginalismo.

As ideias fecundas dos precursores dos séculos XVII e XVIII esperam cerca de 150 anos para regressarem à reflexão económica.

A I Grande Guerra começa a inverter a tendência e a força do Estado renasce com o reconhecimento da sua presença activa na vida económica e social da época.

Os vários cálculos de agregados, apoiados em desenvolvimentos metodológicos, sucessivamente melhorados e com apoio governamental, desabrocham, principalmente depois da Primeira Guerra, e tornam-se num apoio indispensável à política governamental (Studenski, cit. in Patinkin, Don, 1976).

A crise de 29, acompanhada de profunda recessão económica, acorda reflexões e acções tendentes a exaltar o papel da Contabilidade Nacional, que entra em nova fase construtiva.

A experiência de Keynes, reflectida na sua obra, contribui para uma visão integradora dos estudos económicos académicos e dos problemas administrativos da governação; é essa visão que consegue romper com a excessiva teorização do equilíbrio e facilitar a abordagem analítica e estatística da economia (Hodgson, Geoffrey, 1994).

Os problemas contemporâneos da política económica são a preocupação de Keynes, evidente nas suas ideias e no emprego da informação económica – já utilizada por Kuznets, que se manifesta especialmente preocupado com a distribuição de rendimentos nos EUA (Neuburgen, Henry, 1996), e por Colin Clark, no Reino Unido.

A denominada Revolução Keynesiana é antecedida por uma outra – uma primeira revolução na macroeconomia – constituída pelos cálculos do Rendimento Nacional de Kuznets e Colin Clark (Patinkin, Don, 1976). A contribuição destes últimos para rigorizar o cálculo de agregados constitui um útil instrumental estatístico para Keynes, bem patente em *Treatise on Money* (1930) e *General Theory* (1935). Nesta última obra usa estimativas do investimento, elaboradas por Colin Clark, para o Reino Unido, em 1928-31, e por Kuznets, para os EUA, em 1925-33 (Patinkin, Don, 1976).

Na sua obra *How to Pay for the War* (1940) – a grande base metodológica dos futuros sistemas de Contabilidade Nacional –, Keynes utiliza cálculos do Rendimento Nacional e da Despesa Nacional (Yoshimasa, Kurabayashi, 1994) para uma maior aproximação da teoria económica na resolução dos graves problemas da época. O seu pensamento e acção derivam da sua convicção de que “o

conhecimento quantitativo, se devidamente relacionado com a teoria económica, podia ser de grande utilidade na discussão dos assuntos de política económica” (Stone, Richard, 1954)².

A obra *How to Pay for the War* pretende resolver um problema prático – a prestação de contas e conseqüente controlo dos recursos utilizados no financiamento da guerra. Keynes constrói um modelo contabilístico estruturado em cinco contas: Produção Agregada, Formação do Rendimento, Rendimento e Despesa e Capital. Este sistema de Contas, devidamente articulado e com recurso ao método digráfico (Yoshimasa, Kurabayashi, 1994), permitiu a sua utilização, como sistema de informação.

O engenho de Keynes contribuiu decisivamente para o *White Paper* – o primeiro resultado do trabalho de Meade e Stone (Yoshimasa, Kurabayashi, 1994); surge estruturado de acordo com a metodologia digráfica e acolhe cálculo de agregados, nomeadamente, do Rendimento Nacional.

A estrutura contabilística do *White Paper* (tabelas A, B,C,D e E) dá origem a um artigo de Meade e Stone, “The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Saving and Investment”, publicado, em 1941, no *Economic Journal*, de June/September. Nesta publicação, os autores afirmam ter pretendido o esclarecimento de alguns problemas de definição, nomeadamente do Rendimento Nacional e seus componentes, e consideram-se satisfeitos pela sua contribuição para o nascimento de “a powerful statistical instrument”. Na sua concretização apresentam várias tabelas – “balance sheet” –, que permitem relações fundamentais entre grandes agregados e cuja estrutura se baseia na divisão da economia em “government”, “business” e “personal sector” (Aukrust, Odd, 1986).

O avanço, talvez o mais decisivo para os modernos sistemas de Contabilidade Nacional, ocorre com a *League of Nations Memorandum* (1945), de Richard Stone. Aí é apresentado um sistema de contabilidade nacional, baseado numa divisão da economia em sectores e num conjunto de fluxos inter-relacionados.

2. Esta obra de Stone apresenta a seguinte inscrição: “to the memory of John M. Keynes whose confidence in the future of applied economics made possible the establishment of the department of applied economics in the University of Cambridge, this book is dedicated”.

Convém realçar a contribuição conjunta dos modelos *input/output* de Leontief, dos modelos econométricos de Tinbergen e da denominada revolução de Keynes para a estruturação dos sistemas emergentes.

O importante, para Stone, é a visão das transacções entre os vários agentes económicos, a visão em rede, e não a visão tradicional dos agregados, contribuindo, assim, decisivamente, para a aproximação necessária entre os estudos teóricos do Rendimento Nacional e a visão da Contabilidade Social.

Stone, considerado, com toda a justiça, como “the leading international authority in the field of National Accounts”, contribuí, de forma visível, com toda a sua experiência e saber, para o primeiro **System of National Accounting (SNA)**, publicado em 1953, e, também, mais tarde, para a sua revisão, efectuada em 1969 (Aukrust, Odd, 1986).

O seu pensamento, estruturado numa visão institucional, globalizante e macro-económica, esteia-se na necessidade, que vislumbra, de articular os factos com a teoria através da estrutura contabilística do sistema, que define como “um meio prático de descrever aquilo que acontece no sistema económico à medida que possa ser expresso em termos de transacções entre um conjunto de contas erguidas de acordo com o princípio digráfico” (Stone, Richard, 1951).

Um sistema de Contabilidade Nacional permite, de acordo com Stone, uma classificação dos factos, uma recolha de informação económica e, finalmente, uma apresentação da informação (Stone, Richard, 1951).

A sua fé no sistema contabilístico, partilhada por Fisher, Kuznets e Hichs, está patente quando afirma que “as equações de um sistema contabilístico são simplesmente as identidades económicas escritas por extenso, de uma forma particular” (Stone, Richard, 1951).

Hicks, na primeira edição da obra *The Social Framework* (1942), fala da inovação da Contabilidade Social – a contabilidade de toda a comunidade ou Nação – a linguagem permitida pela ordenação e disposição adequadas dos factos (Hicks, John R., 1972).

É essa metodologia de abordagem contabilística que não só permite o encontro da teoria económica com a avaliação prática como viabiliza uma visão em sistema (Stone, Richard, 1951), útil à análise, ao ensino e à política económica.

A emergente diversificação das funções do Estado – regulador, produtor e social (Bellon, Bertrand e outros, 1994) – promove o aperfeiçoamento de um sistema de informação que apoie a sua política económica e lhe assegure papel de relevo entre os sectores institucionais que estruturam o todo económico.

3. INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS

Os sistemas de C.N. surgem na confluência de várias contribuições científicas e técnicas e tornam-se sucessivamente mais internacionais, mais complexos e partes integrantes da nossa “sociedade de informação”.

Os Sistemas Internacionais de Contabilidade Nacional desenvolvem-se em contextos abertos, de internacionalização e globalização crescentes; a sua aplicação torna-se praticamente universal e especializa-se em espaços económicos com características próprias, como a European Union (EU) e a Euro Area do (EA); as estatísticas para as finanças públicas são reconhecidamente cruciais para a gestão das finanças públicas e o ESA é considerado indispensável para a regulação e supervisão de toda a política económica e financeira da EA; acresce que os Sistemas Internacionais de Contabilidade Nacional – SNA e ESA –, construídos sob regras de harmonização com outras estatísticas, permitem a criação de indicadores de governação, de supervisão prudencial, de antevisão de crises e de competitividade, e viabilizam as estratégias de crescimento sustentável.

3.1. AS PRIMEIRAS QUATRO GERAÇÕES DE SISTEMAS INTERNACIONAIS DE C.N.

A construção dos Sistemas Internacionais de Contabilidade Nacional é desencadeada com a publicação, pelas Nações Unidas, de um trabalho liderado por Richard Stone, intitulado “**Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts**” – a primeira apresentação internacional de um sistema de informação, onde são realçadas as preocupações com o rigor e com a harmonização de procedimentos.

SISTEMA EUROPEU de CONTAS

O modelo contabilístico e a linguagem económica para a análise e a governação

“A presente obra constitui um guia precioso para os estudiosos e interessados em aprofundar o seu conhecimento na temática das contas nacionais e na sua função de chave de leitura da realidade económica.

No meu juízo, quem adquirir esta obra verá correspondidos os seus objectivos e obterá um proveito significativo na sua formação técnica para fins académicos ou de conhecimento geral”
(José Leite Martins - Inspector-Geral da IGF, in Prefácio).

Esta obra adopta uma estrutura que lhe permite:

- descrever a evolução do pensamento económico, suas repercussões na Contabilidade Nacional e consequente génese dos Sistemas Internacionais, cuja transformação tem vindo a responder a necessidades crescentes de informação;
- explicar a linguagem económica do modelo contabilístico adoptado por várias peças informativas, como o Quadro de Contas Económicas Integradas e os Balanços;
- utilizar o Sistema Europeu de Contas como sistema de informação para a análise e governação do Espaço Europeu;
- analisar as várias expressões da crise económica e financeira através de indicadores construídos com base na informação das contas nacionais.

Destina-se a alunos dos vários cursos de licenciatura e mestrado do ISCA/UA, a alunos do ensino superior, em geral, a economistas e a quadros médios e superiores, nomeadamente das Administrações Públicas e de outras organizações públicas e privadas.

Visite-nos em
livraria.vidaeconomica.pt

www.vidaeconomica.pt

ISBN: 978-972-788-399-8

